

União, GDF e Ministério Público acertam na Justiça elaboração, em 40 dias, de projeto emergencial para a rede pública. Roriz diz que governo federal não tem autoridade para interferir no DF

Acordo para evitar intervenção

Edilson Rodrigues



RORIZ NO HOSPITAL DE CEILÂNDIA: "ELES NÃO TÊM PEITO PRA INTERVIR NUM GOVERNO LEGITIMAMENTE ELEITO"

Em discurso, o governador disse que o motivo da falta de medicamentos e profissionais no Inca é político. "Foi indicada para dirigir o Inca uma senhora que foi diretora de Parque e Jardins, sem experiência na área de saúde", criticou.

Tensão

A audiência marcada pelo juiz Márcio Barbosa Maia foi tensa. Arnaldo Bernardino reclamou que desde o início do ano passa a maior parte do tempo respondendo a pedidos de informações do Ministério Público, Tribunais de Contas, Ministério da Saúde e comissões de Direitos Humanos do Legislativo local e federal. "São auditorias e ações judiciais com o propósito de de-

sestabilizar o governo Roriz", disse o secretário.

O secretário-executivo do ministério da Saúde, Gastão Wagner Campos, por sua vez, classificou os problemas de saúde pública do DF como muito graves. "Brasília está entre as três cidades com maior repasse federal *per capita*. Mesmo assim, enfrenta uma crise de assistência muito grave, com irregularidades e incompetência administrativa", afirmou.

Depois de mais de duas horas de discussões, ficou definido que a Secretaria de Saúde faria uma contraproposta de acordo à apresentada em conjunto pelo Ministério da Saúde, as procuradoras Andréa Lyrio, Valquíria Quixadá e o promotor de Justiça Jairo Bisol

(leia quadro). Se no próximo dia 6 de outubro houver consenso sobre as medidas apresentadas pelo GDF, o juiz extinguirá a ação.

Enquanto isso, o ministro da Justiça, Humberto Costa, também não tomará qualquer decisão sobre a destituição ou não da gestão plena da saúde do DF. O processo também fica suspenso. Mas não há garantia de que as partes chegarão a um entendimento. Ao final da audiência, Bernardino deixou claro que não aceitaria qualquer intervenção na sua administração. "Se seu perceber que o Ministério Público continua desrespeitando a saúde do DF, não vou preparar nenhum plano e deixar que a Justiça decida a intervenção", disse o secretário.

AS MEDIDAS

Para que haja acordo judicial, o plano de ação da Secretaria de Saúde deverá conter uma linha detalhada de atuação, com prazos e orçamento para sanar as seguintes irregularidades:

- ✓ Saúde da Família — metas para implementação de um novo programa e contratação de pessoal.
- ✓ Hemodiálise — ações para evitar desperdício de máquinas doadas pelo Ministério da Saúde à rede pública local e que estavam sem ser utilizadas.
- ✓ Soluções para a crise de abastecimento de medicamentos e equipamentos.
- ✓ Reorganização do Fundo de Saúde do Distrito Federal, para evitar desvios de destinações de recursos, com autonomia dos gestores de saúde e não do secretário de Fazenda.
- ✓ Mudanças na composição do Conselho de Saúde do DF.
- ✓ Atendimento para pacientes com câncer (apenas uma máquina do Hospital de Base para radioterapia está em funcionamento).
- ✓ Licitação para compra de medicamentos e para empresas de vigilância e limpeza.

ANA MARIA CAMPOS E LARISSA MEIRA

DA EQUIPE DO CORREIO

A possibilidade de intervenção na saúde pública do Distrito Federal está temporariamente afastada. A União, o Ministério Público e a Secretaria de Saúde acertaram ontem na Justiça uma trégua de 40 dias na discussão sobre mudanças na gestão de recursos. Em audiência de conciliação realizada na 8ª Vara Federal, o secretário de Saúde, Arnaldo Bernardino, se comprometeu a apresentar até o dia 6 de outubro um plano de ação para solucionar os principais problemas no atendimento da rede pública.

Bernardino definirá uma linha detalhada de atuação, com cronograma e previsão de gastos. Antes de um acordo final, o documento será analisado pelo Ministério Público, Ministério da Saúde e pelo juiz Márcio Barbosa Maia, responsável por julgar a ação que trata da intervenção da União no DF. "Paiaram sobre a saúde do Distrito

Federal muitas denúncias de irregularidades. Por isso, nada melhor do que as partes entrem em um acordo para benefício da população", disse o juiz na audiência.

Sem a intermediação da Justiça dificilmente haveria possibilidade de entendimento. Ontem, houve nova troca de acusações entre integrantes do Executivo local, federal e o Ministério Público. De manhã, o governador Joaquim Roriz (PMDB) citou crises enfrentadas pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva no Instituto Nacional do Câncer (Inca), no Rio de Janeiro, para demonstrar que o DF não está sozinho nas dificuldades para gerir recursos públicos.

"Essa gente não sabe o que diz. Eles não têm poder, nem autoridade para intervir em governo meu, governo de honra, de competência. Não têm peito pra intervir num governo legitimamente eleito", afirmou Roriz em entrevista ao *Correio*, depois de participar de comemoração do aniversário do Hospital Regional da Ceilândia.